



EXERCER A SOBERANIA “NA BORDA DO MUNDO”: IDEOLOGIAS GEOGRÁFICAS SOBRE A INTEGRIDADE TERRITORIAL BRASILEIRA EM “A VERDADE SUFOCADA”, “NO JARDIM DAS AFLIÇÕES” E “CONVERSAS COM O COMANDANTE”

Practicing Sovereignty “at the edge of the world”: Geographical ideologies about Brazilian territorial integrity in “A verdade sufocada”, “No jardim das aflições” and “Conversas com o comandante”

Ejercer la soberanía “en la franja del mundo”: Ideologías geográficas acerca de la integridad territorial brasileña en “A verdade sufocada”, “No jardim das aflições” y “Conversas com o comandante”

RESUMO

Aqui apresenta-se uma tentativa de debater visões políticas sobre o Brasil e seu lugar no mundo, chamando a atenção para o papel que as ideologias geográficas têm na mobilização de argumentos que justificam ações autoritárias no Brasil. Para tal, foram selecionadas as obras “O jardim das aflições”, de Olavo de Carvalho; “A verdade sufocada”, de Carlos Alberto Brilhante Ustra; e, “General Villas Bôas: Conversas com o Comandante”, organizado por Celso Castro. Ao refletir sobre ideologias geográficas presentes nestas obras sobre o exercício de soberania no Brasil, buscou-se demonstrar de que forma elas apresentam uma outra ideia de integridade territorial, baseada mais no papel da “lei justa” que naquele da contiguidade espacial.

Palavras-chave: Ideologias geográficas; Olavo de Carvalho; Carlos Alberto Brilhante Ustra; Eduardo Villas Bôas; Brasil.

* Pesquisador de Geografia das Relações Internacionais, internacionalista e analista geopolítico. Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA), com Especialização de Gestão de Projetos pela FAE Business School e período de estágio doutoral no Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (2023).

ABSTRACT

This paper presents an attempt to debate political visions on Brazil and its place in the world, putting emphasis on the role geographical ideologies have in mobilizing a rhetoric that justify authoritarian action in Brazil. For such a task, three political essays were selected: “O jardim das aflições”, by Olavo de Carvalho; “A verdade sufocada”, by Carlos Alberto Brilhante Ustra; and “General Villas Bôas: Conversations with the Commander”, edited by Celso Castro. By reflecting on geographical ideologies about the exercise of sovereignty capacities in Brazil present in these works, I sought to demonstrate that they present a specific idea of territorial integrity, based more on the role of “due law” than on spatial contiguity.

Keywords: Geographical ideologies; Olavo de Carvalho; Carlos Alberto Brilhante Ustra; Eduardo Villas Bôas; Brazil.

RESUMEN

Se presenta en este trabajo un intento de debatir visiones políticas sobre Brasil y su lugar en el mundo, trayendo a la atención el rol que las ideologías geográficas tienen en la movilización de argumentos que justifican acciones autoritarias en Brasil. Para lograrlo, se seleccionó las obras literarias “O jardim das aflições”, por Olavo de Carvalho; “A verdade sufocada”, de Carlos Alberto Brilhante Ustra; y, “General Villas Bôas: Conversas com o Comandante”, editorada por Celso Castro. Al reflexionar sobre las ideologías geográficas presentes en estas obras respecto al ejercicio de la soberanía en Brasil, se buscó demostrar en que manera ellas presentan otra idea de integridad territorial, basada más en el rol de la “ley justa” que de la contigüidad espacial.

Palabras clave: Ideologías geográficas; Olavo de Carvalho; Carlos Alberto Brilhante Ustra; Eduardo Villas Bôas; Brasil.

INTRODUÇÃO

Desde as eleições gerais brasileiras de 2018, quando Jair Messias Bolsonaro foi eleito ao cargo de Presidente da República Brasileira, o tema da extrema-direita e do autoritarismo no país vem sendo alvo de diferentes análises acadêmicas ou não. Estas análises têm se debruçado a respeito de ataques à burocracia institucionalizada durante o governo Bolsonaro (Lotta; Silveira, 2021), iniciativas autoritárias do governo federal relativamente a outros atores institucionais e à sociedade (Câmara, 2021), ou o controle das narrativas a respeito do gênero (Miguel, 2021), para citar apenas alguns exemplos. Esta mobilização do discurso a respeito das bases ideológicas de Bolsonaro tem tido impacto em diferentes áreas da administração estatal, assim como se baseia também na disseminação de diferentes formas de pensar o Brasil e sua relação com o mundo (Gonçalves; Caldeira Neto, 2020).

Em que pese a relevância e a consolidação desta nova literatura no debate a respeito da atual realidade política brasileira, parece ser importante meditar a respeito de potenciais implicações para a Geografia deste tipo de discurso. A multiplicidade de interpretações a respeito dos ideais que circulam e sustentam a atuação de grupos conservadores no Brasil, assim como a utilização de referências à geopolítica internacional e nacional, parece lançar uma possível luz sobre a mobilização de categorias geográficas como espaço e território como elementos que ajudam a estruturar ações e discursos de extrema-direita e movimentos conservadores no Brasil.

Este trabalho é uma tentativa de arranhar a superfície da questão, chamando a atenção para o papel que as ideologias geográficas têm na mobilização de argumentos que justificam ações autoritárias no Brasil. Considera-se que há uma longa e perene tradição a respeito do território brasileiro e do espaço geográfico nacional e internacional nas instituições estatais. Este tipo de aproximação, é mais explícita na construção de narrativas geopolíticas, como evidenciado pelos trabalhos de autores e autoras como Mário Travassos, Carlos de Meira Mattos, Golbery do Couto e Silva e Therezinha de Castro, que constituem um conjunto de discursos governamentais a respeito do território brasileiro e do exercício do poder em diferentes escalas (Costa, 2012). Porém, é possível identificar também um temário relativo ao espaço, ao território e ao poder em outras obras que não tratam explicitamente da geopolítica, e focam em debates políticos e sociais a respeito da realidade brasileira. Assim, possibilita-se identificar de que forma os temas da soberania e da integridade territorial aparecem enquanto ideologias geográficas em ensaios políticos de autores conservadores que influenciam o debate público brasileiro na atualidade.

Considerando-se esta uma tarefa exploratória, as obras escolhidas foram identificadas com base no papel ideológico que estas obras cumpriram durante o governo Bolsonaro em diferentes âmbitos: “O jardim das aflições: De Epicuro à ressurreição de César: Ensaio sobre o materialismo

e a religião civil”, de Olavo de Carvalho; “A verdade sufocada: A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça”, de Carlos Alberto Brilhante Ustra; e, “General Villas Bôas: Conversas com o Comandante”, organizado por Celso Castro. Se Carvalho pode ser considerado uma das grandes influências na política interna e externa do governo brasileiro até a sua morte em 2022 (Stefanoni, 2019), Ustra foi a referência utilizada pelo então deputado Jair Messias Bolsonaro para justificar a sua opção em destituir a presidenta Dilma Vána Rousseff durante a abertura do processo de impeachment no ano de 2016 (Della Barba; Wentzel, 2016), assim como era considerado um “velho amigo” pelo presidente do Brasil entre 2018 e 2022 (Gomes, 2022). Por fim, não apenas Eduardo Villas Bôas esteve diretamente relacionado à decisão política de prisão de Luiz Inácio Lula da Silva em 2018, abrindo espaço para a eleição de Bolsonaro à Presidência da República (Valente; Fernandes; Balloussier, 2018), mas também tem tentado influenciar a política nacional por meio de atividades que envolvem fundações dedicadas a produzir discursos a respeito da situação nacional (Godoy, 2022).

De forma a realizar esta análise, este texto divide-se em três momentos. Inicialmente, por meio de revisão bibliográfica, busca-se indicar de que forma a formação territorial latino-americana e caribenha, dentro da qual se inclui também a formação territorial brasileira, tornou o tema da integridade territorial relevante para a manutenção das estruturas políticas e sociais nos países da região. Após este breve balanço bibliográfico a respeito da questão, debate-se a questão da integridade territorial enquanto uma ideologia geográfica no Brasil, utilizando-se deste conceito proposto inicialmente por Antonio Carlos Robert Moraes (2011). Por fim, e considerando os principais aspectos indicados por Moraes a respeito das ideologias geográficas no Brasil e da formação territorial da América Latina e do Caribe, intenta-se na última parte delinear quais elementos disponíveis nas obras analisadas permitem compreender os significados relativos ao exercício da soberania no território brasileiro, assim como os sentidos dados à integridade territorial no país por seus autores.

Espera-se que, com as questões levantadas neste trabalho, seja possível jogar algumas luzes na maneira como aspectos geográficos e territoriais brasileiros são instrumentalizados pelos movimentos conservadores e de extrema-direita no país. Estes aspectos, ainda que nem sempre explícitos ou com referência direta à Geografia e ao conhecimento geográfico, têm um papel essencial na formulação, manutenção e execução de políticas autoritárias no país, como aqui se pretende demonstrar.

VISÕES SOBRE O EXERCÍCIO DA SOBERANIA NA AMÉRICA LATINA: *legados de longa duração da integridade territorial na formação dos estados da região para o Brasil*

As diferentes formas de pensar a relação entre espaço e soberania na América Latina podem ser consideradas enquanto um conjunto de discursos que se relacionam à análise sobre poder e espaço, como indicado na Introdução deste trabalho. Neste sentido, não deixam de ser discursos relativos a uma maneira de executar diferentes programas políticos ao utilizar-se de recursos sociais e sua alocação no espaço (Raffestin, 1993). Em realidade, como afirma Paul Claval (2014, p. 352), muitas vezes considera-se natural a forma como as diferentes sociedades e variados indivíduos “concebem os países onde vivem, o ambiente internacional do seu tempo, as tensões que se produzem e os meios utilizados para assegurar a ordem ou certo equilíbrio”. Estas concepções, porém, têm também um papel fundamental ao influenciar “as formas como [as pessoas e as coletividades] percebem o mundo e pensam sobre a geografia, sobre como a compreendem e como a escrevem” (Claval, 2014, p. 352).

Este ponto constitui uma das bases da análise para compreender de que forma a própria invasão do continente americano por colonizadores europeus, assim como os diferentes processos de apropriação territorial das entidades políticas derivadas deste empreendimento, influenciou a maneira como se enxerga, na região, a questão da integridade territorial. Edmundo O’Gorman (2006), por exemplo, mostra como a própria chegada às Américas forçou uma redefinição das diferentes imagens de mundo que prevaleciam na Europa até o século XV, enquanto para Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006) a América teve o papel fundamental de prover as bases para o desenvolvimento das economias capitalistas.

Tende-se, porém, a se considerar pouco a questão da política da ocupação e do exercício das relações de poder e de soberania sobre o espaço na América Latina em específico. Refletindo a respeito do encontro entre os astecas e conquistadores espanhóis, Doreen Massey, ajuda a compreender o processo ao ilustrar que

[...] o modo como imaginamos o espaço tem seus efeitos - como teve, para Montezuma e para Cortés, de formas diferentes para cada um. Conceber o espaço como nas viagens de descobertas, como algo a ser atravessado e, talvez, conquistado, tem implicações específicas. Está implícito que se considera o espaço como solo e mar, como a terra que se estende ao nosso redor. Implicitamente, também, faz o espaço parecer uma superfície, contínuo e tido como algo dado (Massey, 2013, p. 22-23).

Para Massey, é politicamente relevante compreender como o espaço é compreendido no empreendimento colonial que tem lugar na América Latina e no Caribe (assim como para compreender qualquer relação política e social). Ao demonstrar a forma como os conquistadores viam as populações e cidades presentes em nosso continente quando de sua chegada, ela aponta para o fato de que estas eram “coisas” (tanto as pessoas quanto as construções) vistas como estando sobre uma superfície que deveria ser atravessada pela história europeia e, portanto, para os

européus, conquistada por direito de superioridade (Massey, 2013). Esta, afirma Massey (2013, p. 23) “[n]ão é uma manobra inocente; desta forma, eles ficam desprovidos de história. Imobilizados, esperam a chegada de Cortés (ou a nossa, ou a do capital global). Lá estão eles, no espaço, no lugar, sem suas próprias trajetórias”.

Aquilo a que Massey (2013) joga algumas luzes em busca de compreender a política do espaço, na realidade, é o próprio papel da percepção sobre o real lugar político das coisas e das pessoas – elemento fundamental para o exercício da soberania. Se esta “pretende ser a racionalização jurídica do poder, no sentido da transformação da força em poder legítimo, do poder de fato em poder de direito” (Matteucci, 2010, p. 1179), então ela depende de algum tipo de racionalização a respeito de aspectos relativos ao espaço, ao lugar das coisas e das pessoas no espaço e da sua racionalização. A formação territorial dos Estados é, então, o elemento que permite, no âmbito destas relações, compreender a relação que se estabelece entre os princípios de organização social, jurisdição de um governo e aplicação da lei (e da exceção a essa lei) (Gottmann, 1973).

Podemos considerar, junto a Porto-Gonçalves (2006) e outras autoras que os países da América Latina e do Caribe são resultado de um processo violento marcado pela apropriação do espaço de maneira extrativista. Os países da região, assim como suas economias, suas estruturas políticas e suas formas de organização institucional, podem ser entendidas como resultado, geralmente, de projetos políticos nos quais o uso da violência é um componente importante (Amadeo, 2019). Nestes casos, a localização espacial e social das coisas e das pessoas parece ser fundamental para entender propostas tanto reacionárias quanto progressistas de política.

Como demonstra Angelika Rettberg (2020), a violência está presente enquanto mediadora social nos países latino-americanos e caribenhos tanto em seus ambientes urbanos quanto em seus ambientes rurais, ainda que com diferenças significativas entre ambos. Considerando-se que a violência pode ser considerada tanto uma fonte quanto um instrumento de manutenção da ordem social, por meio da qual a soberania é pensada e a aplicação da lei é realizada (Benjamin, 2013; Schmitt, 2014), pode-se argumentar que a apropriação espacial e o ordenamento das relações sociais no espaço das sociedades latino-americanas e caribenhas resultam, em variados e diferentes graus, da forma como esta violência é exercida – e como é vista como elemento fundamental da soberania. Os componentes da violência enquanto prática de exercício da soberania na apropriação do espaço são “produtos de intervenções teleológicas” (isto é, como um fim em si mesmas), a “materialização de projetos elaborados por sujeitos históricos e sociais” (Moraes, 2011).

Considerando o alerta de Paul Claval (2014), seria displicente considerar que a teoria política de administração territorial na América Latina e no Caribe prescinde de fundamentos espaciais ou de uma reflexão a respeito do papel que jogam o espaço, o território, as instituições e as pessoas

no exercício da soberania – inclusive em razão destas últimas, na visão de Jean Gottmann (1973), serem a ligação básica entre a soberania e o território. “Isto coloca”, afirma Antonio Carlos Robert Moraes (2005, p. 16), “o imperativo de se compreenderem as motivações envolvidas para dar conta da produção do espaço, pois são elas que impulsionam os sujeitos”. Trata-se, na realidade, de um “processo circular”, como afirma Moraes (2005), no qual atores paradigmáticos, motivados por sua percepção a respeito do espaço, agirão de acordo com ela. Coletividades e indivíduos criam suas próprias interpretações a respeito da administração das coisas e das pessoas no espaço, desenvolvendo diferentes representações deste e das suas características, conforme indicado acima.

Aos países da América Latina e do Caribe isto não é algo desconhecido, uma vez que a própria noção de fronteira, ao longo do tempo, depende tanto dos tratados internacionais de reconhecimento de jurisdição nacional de seus territórios, quanto da possibilidade de ir além destas fronteiras em situações de exceção, como no caso das “fronteiras ideológicas” (Moniz Bandeira, 2010) e do período da Operação Condor (Fernandes, 2010). O objetivo, ao prescrutar estes discursos, é entender “como as concepções do espaço atuam na construção material do espaço de um dado país, e como atuam na própria representação do país” (Moraes, 2005, p. 33).

É possível perceber, na política latino-americana e caribenha, o papel que jogam as ideologias geográficas enquanto um componente político essencial por parte de diferentes frações da sociedade. Em diferentes momentos, aspectos espaciais das sociedades da região apareceram enquanto um ativo político na formação dos seus Estados. Para o Paraguai, por exemplo, a ideia de ser uma “ilha rodeada de terra” foi fundamental para seu engajamento internacional desde o período de sua independência (Ortiz, 2019), enquanto na Argentina a figura dos “dois desertos” – o Chaco, ao Norte e a Patagonia, ao sul – foi fundamental para a construção da própria ideia de civilização europeia nas Américas (Zusman, 2000). No Uruguai, a (re-)existência de populações indígenas tem criado um interessante debate acerca da identidade nacional, colocando também as pessoas (neste caso, as comunidades remanescentes de indígenas charrúas) como elemento espacial que embasa as responsabilidades, direitos e limites da administração estatal do território (Verdesio, 2014).

Estes poucos casos demonstram como, em diferentes momentos, os Estados latino-americanos acumularam diferentes tipos de ideologias geográficas sobre os espaços sob sua jurisdição – e sobre elementos “naturais” e “humanos” sobre eles”. Conjugados com outras imagens a respeito do cenário internacional, estas representações podem ajudar a compreender as reflexões a respeito da soberania e do seu exercício na região.

Esta é uma construção de longa duração, na qual alguns aspectos específicos devem ser contemporizados com outros que permanecem relativamente estáveis num período mais longo de

tempo (Braudel, 1965). O’Gorman (2006), por exemplo, aponta para a “invenção” do próprio continente americano e suas consequências para o pensamento político, econômico e social das sociedades europeias. O autor argumenta que o continente americano não foi apenas constituído ideologicamente por imaginários europeus e de acordo com padrões europeus de ação política, mas também que a conquista de um “continente” no sentido físico da palavra poderia permitir a realização, nas Américas, de toda capacidade humana de acordo com padrões daquela região. “E assim, como acontecia em relação ao Mar Oceano na antiga concepção do mundo”, escreve O’Gorman (2006),

[...] deixou-se de contemplar o universo enquanto uma realidade constitutivamente estranha e alheia ao homem, para se converter em um infinito campo de conquista na medida em que não o permitia a bondade divina, mas a ousadia e a eficácia das técnicas do antigo inquilino transformado em amo. Pode-se dizer, então, que quando se admitiu [nas cartografias da época] que as novas terras, ainda que estivessem isoladas pelo Oceano, constituíam uma parte integrante do mundo, reivindicou-se pela primeira vez a soberania do homem sobre a realidade universal. E assim, e por isso, quando mais tarde apareceram novas massas de terra incógnita, automaticamente se encontraram incluídas no mundo, sem necessidade de repetir o complicado e penoso processo que foi necessário no caso da América e sem que tenha ocorrido a alguém falar de novos e desconcertantes “descobrimientos” como o que se supõe que Colombo fez (O’Gorman, 2006, p. 179, tradução nossa).

O processo descrito por O’Gorman levou à reconsideração das relações de soberania que se desenvolveram na América Latina. Ainda que haja um componente importante de direito divino na visão das elites da região – a quem, afirma O’Gorman (2006), parece ter dado Deus uma parcela de terra para cuidarem da forma que quiserem – é importante perceber que esta “apropriação espacial total” não foi construída sem um conjunto de jogos de soberania que definiram quem e o quê fazia parte da comunidade política que posteriormente constituiria os países latino-americanos e caribenhos.

Tamar Herzog (2019), por exemplo, chama a atenção para a forma como Portugal e Espanha definiram as suas disputas fronteiriças. De forma muito interessante, a autora apresenta uma continuidade, em que comunidades europeias poderiam ser vistas como “nativos” da Península Ibérica, enquanto comunidades indígenas na América Latina seriam “sujeitos da Coroa” com direitos a serem resguardados de acordo com os interesses das burocracias centrais das potências colonizadoras. A autora aponta, então, para uma interpretação do direito na região que estava baseado na percepção de territórios não necessariamente consolidados, mas também potencialmente benéficos, uma vez que

Se por um lado, o entendimento contemporâneo do direito encorajava os atores a protestar mesmo quando não tinham a certeza dos seus direitos ou quando as

violações ocorriam no papel, mas não no terreno, por outro, empurrava-os para competirem pela chegada a qualquer território em primeiro lugar. No século XVIII, isso era claramente reconhecido, com os espanhóis e os portugueses defendendo que a não ser que agissem com rapidez os que estavam do outro lado os precederiam e adquiririam direitos. [...] Disso resultava a emergência de um padrão repetitivo. Sempre que os reis, os seus oficiais ou os atores locais o consideravam lucrativo, exploravam-se, penetravam-se, usavam-se, ou povoavam-se novas áreas. Como, de acordo com o entendimento contemporâneo, essas ações implicavam afirmação de direitos, os rivais podiam responder de uma destas duas formas: concordar com a expansão, permanecendo em silêncio, ou opor-se a elas, protestando. As partes poderiam entrar então em “negociações”, que conduziam quer a “convenções”, em que a potência em expansão extraía dos seus opositores uma “confissão” de que as atividades eram justificadas, quer a mais protestos (Herzog, 2019, p. 47-48).

Dois elementos aparecem como consequências importantes para pensar o exercício da soberania na América Latina como derivação do processo jurídico de construção da soberania na região. O primeiro elemento é o da denúncia, do fato de que a acusação de quem um ator político não está respeitando o direito soberano do outro deve ser feita à sociedade, de forma a constranger o outro lado a provar sua correção ou a falsidade da acusação por meio da sua conduta. Como será demonstrado à frente, é esta a natureza dos ensaios políticos aqui analisados: denunciam o quê está de errado na administração brasileira do território.

O segundo elemento é o fato de que menos importante que considerar a soberania na América Latina como uma contiguidade espacial, ou seja, uma expansão única e de apenas um projeto, cabe refletir a respeito da corrida para conquista de territórios específicos descrita acima por Herzog (2019). O tipo de soberania específica da região deriva da forma ibérica de reflexão a respeito da constituição de comunidades políticas, que conjuga não apenas a expansão de redes econômicas sobre unidades políticas, culturais ou econômicas anteriormente existentes (Quental, 2013; Wallerstein, 2010), mas, também, o exercício da política em redes que conectam diferentes lugares dentro de uma lógica maquinística de funcionamento do todo (Gouvêa, 2010; Hespanha, 2010). A América Latina

[...] nunca foi terra de fronteira no sentido dinâmico de transformação que os historiadores norte-americanos, desde Frederick Jackson Turner, concedem a aquele conceito, e em tal grau foi assim que, ainda na dominação do meio natural, não houve uma ação generalizada de reforma de regiões inóspitas, desérticas ou selváticas, mas de exploração daquelas que pareciam destinadas por conta própria para o cultivo e a habitação do homem. Vagamente persistia a antiga crença de que o mundo era a parcela cósmica que Deus benevolmente havia designado ao homem sem direitos de propriedade e senhorio [...] (O’Gorman, 2006, p. 196).

Pode-se afirmar, então, que o modo de pensar a relação entre soberania e território na América Latina deriva do próprio processo de constituição territorial da região, marcado pelo direito incerto ao território e pela soma de diferentes regiões na constituição das unidades políticas.

Os direitos territoriais – e, o que mais interessa para esta discussão, a visão a respeito do exercício da soberania nesta parte do mundo – derivam dos processos de conquista sobre inimigos externos, mas também no avanço da autoridade dentro do território conquistado. Se para a conquista dos territórios não era necessário ter as capacidades para explorá-lo em sua totalidade (criando-se a ideia de terras potencialmente exploradas no futuro), a autoridade era vista como algo a ser assegurado anteriormente com relação aos outros entes políticos circundantes, e posteriormente com os habitantes da região conquistada (Herzog, 2019). Este aspecto duplo da expansão territorial na América do Sul, por exemplo, levou à percepção tanto de espanhóis como de portugueses – e, posteriormente, de administradores estatais das diferentes entidades estatais construídas na região – de que era “a paz, e não a guerra, o momento mais importante para a aquisição territorial”, uma vez que um período de “guerra forçava os comandantes militares a defender o território, mas na paz eram mandatados para conservar e aumentar a sua jurisdição” (Herzog, 2019, p. 48). Como afirma um comandante da região do Rio da Prata numa declaração coletada por Herzog (2019) relativamente aos territórios, “sempre no tempo da paz a sua conservação e aumento de terreno e no da guerra a defesa” (Herzog, 2019, p. 48).

Pode-se considerar esta uma das percepções que permanecem relevantes na construção da visão dos Estados e das elites latino-americanas relativamente ao exercício da soberania em seus territórios. Trata-se de uma percepção dupla, marcada pela defesa diante de uma ameaça externa, mas do combate à subversão interna quando do questionamento da legitimidade do governo do Estado por parte de atores subnacionais. No Brasil, por exemplo, as forças armadas buscaram desenvolver um conceito próprio para conceber essa necessidade de estar em todos os lugares do país, ainda que diferentes entre si. De acordo com aquilo que define como “estratégia da presença”, o papel das forças armadas brasileiras seria fundamental para a devida organização das relações territoriais no Brasil. Nas palavras de Fernando da Silva Rodrigues (2020, p. 57),

Nesse debate, percebemos a estratégia da presença relacionada à vontade institucional de controle do território estatal em processo de formação. O uso dos militares no campo do desenvolvimento e da segurança mostra a relação direta do Estado na coisa pública. O Exército é percebido como o próprio Estado em ação. O projeto da força terrestre, não é estar presente, mas apoiar a consolidação de um Estado nacional. Por isso, a questão dialética entre ser um Exército moderno, com capacidade de projeção externa, e continuar a ser um Exército colonizador. [...] devemos refletir se a estratégia da presença deve ser tratada como uma questão de defesa, ou se ela deve ser tratada como uma questão de segurança nacional. Se ela é estratégica, ou se ela é política.

Em “Conversas com o Comandante”, Eduardo Villas Bôas apresenta enquanto responsabilidades do exército brasileiro atividades de caráter essencialmente político – para usar a definição de Rodrigues acima – que visam a integração ou o desenvolvimento territorial. O militar

questiona-se a respeito das responsabilidades estatais que “naturalmente” deveriam ser executadas pelo exército, levantando dúvidas sobre a capacidade civil de responder a problemas críticos subnacionais: como a distribuição de “água na Operação Pipa”, a limpeza de “praias contaminadas por derramamento de óleo vivido no início de ano”, terminando pelo questionamento: “e, mais importante, a quem seriam atribuídas tarefas de garantia da lei e da ordem, frequentemente recorrentes?” (Castro, 2021, p. 140).

Em outro trecho, Villas Bôas ainda indica que “[h]á 100 anos, éramos [o exército] indutores de conhecimento e referência para vários setores da vida nacional: fomos pioneiros em setores tais como administração, estratégia, educação física, veterinária [...]” (Castro, 2021, p. 143). Ainda assim, na virada do século XX para o XXI, de acordo com Villas Bôas, “caminhávamos para a obsolescência e a irrelevância, exceto, felizmente, no que tange aos valores que encarnávamos perante a sociedade” (Castro, 2021, p. 143), demonstrando a percepção de liderança “moral” que, em sua percepção das forças armadas deveriam manter enquanto “o Estado em ação”, para utilizar a definição acima indicada por Rodrigues (2020).

Diante deste cenário, de acordo com Villas Bôas, “fazia-se necessária uma ruptura que somente a transformação [das forças armadas] proporcionaria” (Castro, 2021, p. 143), uma vez que a sociedade brasileira, ou seja, o conteúdo interno do continente-Brasil, encontra-se em uma difícil posição devido ao fato de ser, em sua percepção, “um país que necessita recuperar urgentemente a coesão e o sentido de projeto” (Castro, 2021, p. 158). Isto não poderia ser alcançado enquanto as forças armadas não fossem vistas pela sociedade brasileira como a incorporação dos valores cívicos e nacionais. Pode-se perceber, desta forma, como uma força formalmente destinada à atuação externa se vê como importante articuladora da construção interna da soberania, expandindo a jurisdição do Estado em momentos de paz, mantendo a tradição de visões sobre a soberania descrita acima.

A integridade territorial do Brasil como ideologia geográfica presente em “O jardim das aflições”, “A verdade sufocada” e “Conversas com o comandante”

A comemoração do Dia do Exército no Brasil, resultante de um decreto presidencial de 1994, pode ser vista como um símbolo da percepção dupla sobre soberania no país. O decreto estabelece que o Dia do Exército deve ser comemorado no dia 19 de abril em todo o território nacional. A lógica por trás da escolha desta data pode ser interpretada, tal qual a soberania exercida em diferentes países da América Latina e do Caribe, em duas frentes diferentes. De acordo com o

decreto presidencial, “as datas de 19 de abril de 1648 e de 19 de abril de 1971 registram a 1ª Batalha dos Guararapes e a criação do Parque Nacional dos Guararapes, respectivamente” e “que o Exército Brasileiro [sic] possui suas raízes fincadas na Região de Guararapes, fato consagrado pela historiografia militar do Brasil” (Brasil, 1994).

A Primeira Batalha de Guararapes a que faz referência o decreto foi parte do esforço de retomada de território por parte dos portugueses contra forças holandesas no período da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). A “invasão holandesa” foi um empreendimento colonial daquele país na parte nordeste da América Portuguesa, “que visava a apropriar e submeter uma economia em funcionamento, sem desorganizar nem destruir a produção aí realizada” (Moraes, 2011, p. 359). Este esforço por parte dos holandeses, porém, seria colocado em risco pela estratégia de guerra de guerrilha utilizada pela resistência portuguesa, que buscou destruir a infraestrutura econômica que poderia ser utilizada pelos holandeses. “Notadamente”, afirma Moraes (2011, p. 359), “a tática de destruir os equipamentos e instalações das áreas abandonadas deixava ao conquistador um território arrasado, logo incapaz de a curto prazo custear a sua manutenção.”

Este esforço, porém, não se limitou ao fim da guerra entre holandeses e portugueses na região em busca de controle, já que após a expulsão dos primeiros, os esforços militares dos segundos foram direcionados para evitar a possibilidade de outras “brechas de soberania” dentro do território colonial português. Assim, enquanto um alongamento do esforço de guerra, logo após a expulsão dos holandeses, centrou-se o uso da força no entorno de “extraterritorialidades”, isto é, agrupamentos de pessoas que, naquele período, encontravam na soberania colonial em formato de rede formas de desenvolver-se de forma alheia à colonização portuguesa. Foi esta a realidade do quilombo dos Palmares, localizado na área entre os territórios conquistados pelos holandeses e a Baía de Todos os Santos, controlada pelos portugueses. O alongamento da guerra de expulsão dos “estrangeiros” para o embate contra grupos que, dentro da colônia, não reconheciam a autoridade portuguesa, fez com que

Da parte dos portugueses, um conhecimento progressivo do terreno, fruto das sucessivas expedições, atuou como um elemento básico para a vitória final das forças lusitanas. A situação onde “a natureza protegia os palmarinos”, foi sendo gradativamente superada pela devassa e visitação cada vez mais intensa da região. A tática empregada de ampla destruição das roças e assentamentos palmarinos em cada entrada punitiva também mostrou sua eficácia a longo prazo. O interesse pela apropriação das férteis terras do quilombo ajudaram [sic] a animar sua destruição. E esta, na verdade, ancorou-se muito na progressiva construção de uma estrada, a qual permitiu o acesso da artilharia pesada que derrubou as muralhas da cidadela quilombola (Moraes, 2011, p. 381).

Compreender o esforço de expulsão dos inimigos externos como origem, mas também tarefa complementar aos inimigos internos da colonização portuguesa ajuda a entender que a escolha do dia 19 de abril mantém a tradição anteriormente referida de defesa na guerra e expansão da jurisdição na paz. Um documento que pretende prover oficiais do exército com informações sobre datas comemorativas da força afirma que, durante o período do conflito, “[a]lternava-se a resistência a um ocupante de nacionalidade e religião diferentes dos luso-brasileiros com períodos de aceitação por parte de muitos senhores de engenho” (Datas [...], 2022, p. 10). O documento afirma que a data, para o exército, passou a ser considerada como certa para o Dia do Exército Brasileiro “[p]elo simbolismo da união das três etnias formadoras do povo brasileiro” (Datas [...], 2022, p. 10), citando os luso-brasileiros, as populações originárias e populações africanas escravizadas, sem citar a situação real desta população, nem o episódio de Palmares. A integridade territorial do país, portanto, como componente significativo dos discursos políticos no Brasil não se relaciona, portanto, com a possibilidade de uma região se declarar independente do conjunto nacional, ou seja, de movimentos regionalistas por autonomia.

Na realidade, o que se pretende apresentar agora é uma indicação de que a visão sobre a função dupla da soberania no Brasil, ou seja, a defesa contra estrangeiros, mas também o uso da violência e da exceção para expandir a jurisdição dentro do próprio território nacional, está presente no conjunto de obras de ensaísmo político conservador aqui analisado. Continuando a tradição de “defesa na guerra, expansão na paz”, estas obras parecem atualizar o debate a respeito de ameaças externas somadas ao questionamento interno do comando estatal por meio da cessão de “direitos territoriais” ou, ainda, de “direitos individuais” a grupos vistoso como estranhos “à tradição brasileira”.

Se, conforme se argumenta neste trabalho, a integridade territorial no Brasil não se relaciona especificamente a “questões regionais”, mas está mais ligada à manutenção de um determinado nível de unidade de comando pela estrutura do Estado, então cabe se questionar a respeito das diferentes percepções sobre a integridade do Brasil. É aqui que o conceito de “pensamento geográfico”, demonstrado por alguns dos exemplos acima, mas ainda não definido, pode auxiliar a compreender a questão. Ele se refere a

[...] um conjunto de discursos a respeito do espaço que substantivam as concepções que uma dada sociedade, num momento determinado, possui acerca do seu meio (desde o local ao planetário) e das relações com ele estabelecidas. Trata-se de um acervo histórico e socialmente produzido, uma fatia da substância da formação cultural de um povo. Nesse entendimento, os temas geográficos distribuem-se pelos variados quadrantes do universo da cultura. Eles emergem em diferentes contextos discursivos, na imprensa, na literatura, no pensamento político, na ensaística, na pesquisa científica etc. Em meio a estas múltiplas manifestações vão sedimentando-se certas visões, difundindo-se certos valores.

Enfim, vai sendo gestado um senso comum a respeito do espaço. Uma mentalidade acerca de seus temas. Um horizonte espacial, coletivo (Moraes, 2005, p. 32).

Algumas questões relevantes, como a administração do território, a sua representação e projetos que possam ser executados sobre ele, são componentes-chave do pensamento geográfico de uma sociedade. Isso não haveria de ser diferente na América Latina e no Caribe, ainda que com aspectos e características específicas deste quadrante do mundo. Enquanto em outros lugares, sobretudo na Europa, as identidades regionais são geralmente um marcador de diferente e, portanto, um ativo para a ação política de secessão territorial, a ideia de herança das fronteiras na América Latina, e de seus países como “continentes” de uma sociedade e um conjunto de recursos naturais, cria um desafio diferente: aquele de manter múltiplas identidades regionais integradas a projetos políticos amplos.

Uma das principais estratégias das elites políticas na América Latina para tal, e que representa bem seu pensamento geográfico relativo a seus países e suas regiões, é a “especialização” da lealdade. Considerando-se herdeiros de uma série de diferentes conquistas sobre diferentes espaços e variadas populações, mobilizam o uso da força, a institucionalização de mudança constitucionais, assim como a lealdade política de formas que podem permitir que diferentes agrupamentos de pessoas possam se sentir integradas – se não nascidas – no mesmo espaço que seus ancestrais. A história política brasileira, de acordo com Moraes (2005) se baseia neste tipo de mentalidade que torna o espaço o “aglutinador de diferenças”, e não a razão pela qual as pessoas deveriam diferenciar-se e buscar autonomia política. Para o autor, “[c]om dimensões continentais”, o país

É um dos poucos países do mundo atual a não ter seu território ainda plenamente construído. Possui frentes pioneiras em grande dinamismo. Na verdade, a história brasileira é um contínuo processo de expansão territorial, ainda em curso na atualidade. Tal situação marca profundamente essa particularidade. Já em termos genéticos, a história do Brasil remonta ao expansionismo lusitano. O país tem assim, por antecedente, o signo da conquista territorial (Moraes, 2005, p. 94).

A lógica da conquista, como indicado anteriormente, é construída tendo como base a ideia de adquirir circuitos econômicos e sociais pré-existentes por meio de ganhos militares, evitando a sua destruição e adequando-os à nova autoridade criada (Moraes, 2011). A marca da construção do território brasileiro, que se reflete nas diferentes interpretações políticas conservadoras aqui em discussão, está embasada neste tipo de arranjo territorial: a justificação da conquista pela superioridade, e o não-questionamento da autoridade. É por este motivo que se consolida a figura dos “garantidores da estabilidade”, recorrentemente autoproclamada por diferentes setores da sociedade. Estes são aqueles que, por meio da força, podem eliminar grupos dissidentes, ou evitar

a criação de “entidades extraterritoriais” (ou “Estados paralelos”, na nomenclatura mais usada hoje em dia) dentro das fronteiras territoriais do país. Nesta lógica, a figura do colonizador é especialmente importante, uma vez que insere a figura dos “devidos ocupantes dos cargos decisores” e em diferentes lugares que serão leais ao regime político em voga. É aquilo que Moraes (2005, p. 95) chama de “transformações pelo alto”, que “em grande parte se fundament[aram] na máxima: a tutela do povo em nome da integridade do espaço. A própria independência brasileira – um compromisso em torno do príncipe português – exprime este elemento de agregação”.

É interessante perceber o quanto esta lógica não está distante daquela da *reconquista* ibérica, ou da “luta contra os infiéis”, já que “[a] mesma teorização teológica que sanciona a apropriação violenta da terra legitima a posse do escravo: a tese da ‘guerra justa’ e do combate ao ‘infiel’ fundamenta a tomada dos lugares e de seus habitantes” (Moraes, 2005, p. 97). Sobretudo, “o colonizador não estabelece esta distinção, vendo a população das áreas conquistadas como um recurso natural” (Moraes, 2005, p. 97), tornando gentes, bichos, plantas e minérios recursos a conquistar recorrentemente dentro do próprio território de forma a evitar a cobiça estrangeira.

São algumas as características políticas significativas desta ideologia geográfica que têm impacto nos discursos conservadores que serão analisados (Moraes, 2005). Em primeiro lugar, elas se baseiam na ideia de um “país sempre em construção”, o destino do qual não pode ser barrado por nenhuma “população atrasada” – que deve ser eliminada sempre que for identificada como fonte de atrito em direção ao “progresso”. O país, portanto, “identifica-se com seu espaço, sendo a população um atributo dos diferentes lugares”, num claro conteúdo discursivo anti-humano. Em segundo lugar, a integridade territorial é defendida de maneira intransigente, para “garantir o espaço como o objeto que aglutina interesses, a manutenção do território sendo geralmente feita contra o povo”, já que a integridade territorial representa os interesses das classes dominantes sobre a terra enquanto recurso, e não sobre seus habitantes enquanto população.¹ Em terceiro lugar, manter “o nacional enquanto horizonte geográfico das elites” permite o desmantelamento de quaisquer movimentos nacionais contra os ditados sociais, econômicos ou culturais, deixando “para as classes populares, o local ou no máximo o regional enquanto perspectivas de espacialização” das suas identidades. A concepção de território, então, “une ou divide sujeitos políticos”. Por fim, apresentar “a relações entre populações e classes” enquanto elementos espaciais e “como relações estabelecidas entre lugares” permite a falta de responsabilização de diferentes grupos sociais sobre a violência requerida para a “(re-) conquista” do território nacional (Moraes, 1995, p. 95-102).

¹ A própria ideia de “inimigos internos”, a base para a conhecida Doutrina de Segurança Nacional, pode ser colocada dentro desta defesa da integridade contra contestações da ordem estabelecida.

O Quadro 1 apresenta estes aspectos das ideologias geográficas que embasarão a análise das obras em tela neste trabalho.

Quadro 1 - Características das ideologias geográficas no Brasil

Característica	Lógica discursiva
A ideia do país enquanto um "projeto em construção"	Identificação do país com o seu espaço, colocando a sua população não como sujeito político, mas como um atributo "natural" de diferentes lugares a serem mantidos unidos pelas elites estatais
Segurança do Estado como derivada da garantia da continuidade espacial do comando político	A integridade territorial é entendida como a garantia da adesão de grupos e indivíduos ao "projeto de país", e a oposição a este projeto é visto como uma oposição à integridade territorial constituindo, assim, um crime político que deve ser combatido
Unidade nacional como suporte inequívoco ao governo central ao longo do espaço	A unidade nacional sobre projetos econômicos, culturais e políticos no país permite a divisão de grupos e indivíduos não por identificação regional (aglutinadora), mas sim por lealdade política "horizontal" (divisora)
	Os direitos políticos são sujeitos à lealdade aos projetos de diferentes elites nacionais
Identities regionais enquanto produtos espaciais	A permissão de especificidades regionais não se opõe à identidade nacional, já que estas identidades regionais não são usadas enquanto ferramenta para contrapor elites "nacionais"

Fonte: Organizado pelo autor de: Moraes (2005).

São estas as características que buscar-se-á encontrar em obras de ensaísmo político de extrema-direita e conservadora. Para tal cabe, antes, apresentá-las e indicar suas intenções, estrutura e conclusões.

“O Jardim das Aflições: De Epicuro à ressurreição de César: Ensaio sobre o materialismo e a religião civil”, escrito pelo auto-proclamado “filósofo” Olavo de Carvalho, foi escrito e teve sua primeira publicação em 1995. Seu objetivo declarado é apresentar “a direção onde devem ser buscadas as verdades que [a esquerda brasileira renega] e renegando encobrem” (Carvalho, 2019, p. 36). De acordo com o autor, a intenção por trás da obra “não é mudar o rumo da História, mas atestar que nem todos estavam dormindo enquanto a História mudava de rumo” (Carvalho, 2019, p. 37). Num trabalho composto por dez capítulos divididos em dez “livros”, Carvalho tenta costurar diferentes linhas de pensamento, representado a Modernidade como um projeto que aniquila a liberdade individual de pensamento e de expressão. O autor pretende recriar a história das ideias enquanto uma batalha entre a proteção da liberdade espiritual em oposição ao Estado-nação moderno, representando este último como o reino da corrupção que encarna “a política do

Anticristo sobre a terra: investir o Estado de autoridade espiritual, restaurar o culto de César, banir desse mundo a liberdade interior que é o reino de Cristo” (Carvalho, 2019, p. 221).

Neste ensaio, Carvalho (2019) busca desconstruir o argumento proposto por um conjunto de palestras organizados por representantes do Partido dos Trabalhadores em 1995 na cidade de São Paulo. Em específico, uma das intervenções públicas é aquilo que chama a atenção de Carvalho, proferida pelo filósofo José Américo Motta Pessanha, na qual o autor encontra a semente da ascensão gradual das esquerdas ao poder no Brasil. A conclusão deste ensaio, na realidade, apresenta-se como uma aclamação ao direito de não obedecer a autoridades constituídas, caso elas não representem os valores de grupos conservadores ou religiosos: “a religião e somente a religião, compreendida como portadora simbólica de verdades universais e valores objetivos, pode oferecer uma resistência eficaz ao crescimento ilimitado ao poder político” (Carvalho, 2019, p. 380).

Para o autor, o conteúdo da lei deve garantir a multiplicidade de grupos submetidos ao Estado não de maneira progressista, mas conservadora: trata-se de considerar as identidades como algo que não pode ser alterado por um Estado “modernizador”. Para Carvalho (2019), o Estado deve eximir-se de exercer a lei com “conteúdo moral”, uma vez que é

[...] a lei religiosa, não podendo ser mudada por arbítrio humano, é a instância superior onde se arbitram todos os conflitos entre facções, sejam elas religiosas ou políticas, ao passo que toda legislação política, sendo a expressão da ideologia de um grupo vencedor, é sempre um juiz parcial na hora de julgar os vencidos (Carvalho, 2019, p. 380-381).²

É também a lei e a ocupação do Estado o tema do livro de Carlos Alberto Brilhante Ustra (2018), “A verdade sufocada: A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça”. Ustra foi o oficial do Exército responsável pela supervisão da atuação de um dos principais órgãos de repressão da ditadura civil-militar que ocupou o poder entre 1964 e 1985. Ustra supervisionou e teve ação política direta no encarceramento, prisão, e aplicação de tortura a membros da oposição política ao regime militar entre 1970 e 1974, durante um dos períodos de maior repressão da ditadura (Fernandes, 2010), e foi o comandante do Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), o departamento de repressão política e inteligência do Exército no estado mais populoso do país, São Paulo. Conforme indica na obra, sua intenção ao publicar “A verdade sufocada” era explicar “os motivos que levaram civis e

² Neste trecho, há uma semelhança entre os trabalhos de Carvalho (2019) e Ustra (2018), uma vez que irão, ambos, considerar que as instituições civis emergidas do fim da ditadura militar brasileira não teriam legitimidade para julgar os crimes cometidos pelos seus agentes. A consideração de que a própria Constituição Federal de 1988 reflete “uma vitória dos perdedores” contra os militares fomenta a desconfiança com quaisquer iniciativas de responsabilização dos militares, como a Comissão Nacional da Verdade.

militares a desencadear a Contrarrevolução, em 31 de março de 1964, neutralizando a Segunda Tentativa de Tomada do Poder [sic] pelos comunistas” (Ustra, 2018, p. 28).

De acordo com Ustra (2018), a história do Brasil pode ser contada ao entender o papel que partidos e grupos comunistas tiveram ao tentar tomar o poder ao longo do século XX. Misturando reminiscências próprias que versam sobre sua experiência de vida com a trajetória político do Brasil neste período, Ustra (2018) busca delinear as forças que levaram ao uso da violência e da repressão por parte dos militares no Brasil: a tentativa de tomada de poder por parte de comunistas no Brasil. Sua inspiração é uma percepção construída por si de que a história brasileira após a ditadura militar foi uma “história contada pelos perdedores”, promovida por pesquisadores de ensino superior e o Partido dos Trabalhadores. Sua obra, desta maneira, se destinada a contar a história “conforme os vencedores” – a própria ditadura militar. É a intenção de Ustra “mudar a percepção da sociedade”, afirmando que “[a] história já foi reescrita há muito tempo [...] para apresentar os derrotados na luta armada como heróis que lutavam pela liberdade, lutavam contra a ditadura, omitindo a motivação principal que os levou a pegar em armas”, qual seja, “a implementação de uma ditadura do proletariado, o que vinha sendo tentado desde a década de 30” (Ustra, 2018, p. 30).

Para Ustra (2018), quatro tentativas teriam ocorrido, ao longo do século XX, por parte dos “comunistas” para tomar o poder no Brasil: (1) a Intentona Comunista de 1935; (2) a vitória da revolução cubana de 1959; (3) a posse de João Goulart como Presidente do Brasil em 1961, e a sua retomada do controle do governo com a retomada do Presidencialismo em 1963; e, (4) as guerrilhas urbanas e rurais criadas por grupos armados que atuaram contra a ditadura civil-militar, especialmente entre 1968 e 1978. É interessante notar que nem todos os fenômenos elencados por Ustra ocorrem em território brasileiro, como é o caso da Revolução Cubana de 1959, mas colocam em risco, para ele, a estabilidade do Estado brasileiro. Para o autor, a quinta tentativa de tomada de poder por parte de comunistas no Brasil é a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente, em 2002, assim como a subsequente eleição de Dilma Vána Rousseff, antiga guerrilheira, como a “continuidade da tentativa de longo prazo d esquerda radical de tomar o poder no país a partir de dentro” (Ustra, 2018, p. 20). Na visão de mundo de Ustra, o uso da violência pelos comunistas em 1935 e durante o regime civil-militar da ditadura entre 1964 e 1985 representava a natureza do seu projeto: dominar ideologicamente a sociedade brasileira, e, sempre que isto se encontrasse fora do seu alcance, usar a violência para instalar uma ditadura do proletariado (Ustra, 2018).

A última obra aqui analisada é o livro “General Villas Bôas: Conversas com o comandante” (Castro, 2021), uma coletânea de entrevistas feitas pelo antropólogo Celso Castro com o General do Exército Eduardo Villas Bôas. Villas Bôas foi Comandante do Exército Brasileiro, e um dos responsáveis pelo crescente engajamento político das forças armadas brasileiras. As entrevistas

foram realizadas em 2019, mas foram complementadas com notas por parte de Villas Bôas e sua equipe, tendo sido o livro editado em 2020 e publicado apenas em 2021, após o início da Pandemia de COVID-19. Neste sentido, cabe notar que o conteúdo não lida com temas complicados, como a participação dos militares na gestão da pandemia e ainda se baseia na ideia de respeitabilidade das forças junto à sociedade brasileira, algo que sofreu forte modificação desde 2020. Apresentando “um verdadeiro caleidoscópio de assuntos” (Castro, 2021, p. 13), o principal objetivo da obra é “registrar tudo que venha à mente” de Villas Bôas que, sofrendo de uma doença degenerativa, ficou impossibilitado de falar após 2019. Os 16 capítulos do livro seguem mais ou menos o modelo de “A verdade sufocada”, no qual a história do “personagem principal” – neste caso, o próprio Villas Bôas – é colocado no centro do contexto da história política brasileira ao longo do tempo.

Enquanto a obra mais recente daquelas selecionadas aqui para análise, “Conversas com o comandante” é recheado de percepções importantes dos militares sobre seu papel na política brasileira contemporânea. Principalmente, muito do impacto que o livro teve no debate público nacional foi a confissão de Villas Bôas sobre a premeditação e planejamento de um tuíte que ele e outros oficiais militares postaram a respeito de potenciais consequências que a liberação de Luiz Inácio Lula da Silva da prisão traria, em 2018 (Sartori, 2022; Villas [...], 2022). De acordo com o general, esta ação não teria sido uma ação para tentar alterar o resultado de decisões dos juízes da Suprema Corte que poderiam votar a favor do ex-presidente. Porém, em suas próprias palavras, “não se tratou de uma ameaça, mas, sim, de um alerta” (Castro, 2021, p. 191) à mais alta corte nacional. Para Villas Bôas, o principal alvo desta mensagem eram os componentes individuais do exército brasileiro, e ela foi motivada por duas principais razões:

Externamente, nos preocupavam as consequências do extravasamento da indignação que tomava conta da população. Tínhamos aferição decorrente do aumento das demandas por uma intervenção militar. Era muito mais prudente preveni-la do que, depois, sermos empregados para contê-la. Internamente, agimos em razão da porosidade do nosso público interno, todo ele imerso na sociedade. Portanto, compartilhavam de ansiedade semelhante. Nenhum receio de perda de coesão ou de ameaça à disciplina, mas era conveniente tranquilizá-lo (Castro, 2021, p. 188).

Pode-se perceber, nesta breve passagem sobre as obras selecionadas, a sua representatividade para compreender os discursos mobilizados por movimentos conservadores e de extrema-direita no Brasil. Cabe refletir de que forma estes livros podem auxiliar a compreender os imaginários espaciais que circulam em diferentes âmbitos da sociedade brasileira ligadas a estas atividades, assim como nas forças armadas e policiais e em partidos políticos. Desta forma,

pretende-se, aqui, verificar quais as possibilidades que se abrem ao analisar as ideologias geográficas que constam nestes volumes.

Uma destas ideologias é a incompletude do Brasil, sendo inclusive considerada um dos principais aspectos da política nacional. Se em “O Jardim das Aflições” essa incompletude aparece como uma característica não apenas brasileira, mas de todas as sociedades humanadas (Carvalho, 2019), nas três obras a ideia de uma nação ainda em construção aparece como um argumento central para o engajamento com a política institucional. Para o general Villas Bôas, por exemplo, “[p]or muito tempo, foram ignoradas as questões nacionais e o papel das instituições de Estado. Talvez tenha contribuído para essas omissões a inexistência de um projeto nacional” (Castro, 2021, p. 215). Villas Bôas afirma que este projeto nacional pode apenas ser alcançado com algum grau de “coesão interna”, que foi prejudicada por “sucessivas fraturas no tecido social” durante a segunda metade do século XX, e que poderia ser um perigo ao país nas décadas vindouras: “[t]emos sinais de uma nova Guerra Fria se configurando de maneira inevitável, diante do crescimento chinês” (Castro, 2021, p. 216). Para Villas Bôas, a “ameaça chinesa” foi o que levou as forças armadas brasileiras a sabatinarem, durante as eleições de 2018, sob sua batuta:

Com vistas nas eleições [de 2018], convidei os candidatos para conversar. Essa rodada de entrevistas aconteceu antes que as candidaturas fossem oficializadas. Nelas eu expunha temas relativos à importância de reconstrução de um projeto nacional. Discorria sobre a Amazônia, os problemas e as soluções cabíveis e, por fim, tratava da defesa, das Forças Armadas e de questões importantes que lhes dizem respeito (Castro, 2021, p. 216).

Dois elementos, para Villas Bôas, ajudam a compreender a necessidade e urgência de discussão desses tópicos fora do âmbito institucional. Por um lado, o oficial identifica que a falta de aderência popular a esta “reconstrução de um projeto nacional” advém das parcas condições de vida da população brasileira, fruto das condições socioespaciais em que se encontra. Para Villas Bôas, “em um país dominado por agudas desigualdades econômicas, sociais e regionais, além de estar vivendo a crise mais prolongada da sua história [...] torna-se difícil fazer com que as pessoas se interessem por questões abstratas” como a política, que seriam, na sua visão, “distantes da realidade do dia a dia” (Castro, 2021, p. 216). Não apenas a população aparece como fadada às condições locais – ecoando a ideia da população brasileira ser fruto das condições regionais “naturais” – também a mídia é identificada como uma das razões para que as Forças Armadas atuassem como mediadoras do debate político no país.³

³ “Minha expectativa de que esses assuntos fossem discutidos por ocasião dos debates eleitorais acabaram frustradas. Nos poucos que ocorreram, *esses temas não foram provocados pelas emissoras*” (Castro, 2021, p. 216, grifo nosso).

A necessidade da criação de uma elite interessada em formar um “projeto nacional” no entorno da unidade nacional e da consolidação do poder político conservador de poder no Brasil é também o tema de “O Jardim das Aflições”. Nesta obra, Olavo de Carvalho (2019) afirma que

O que está em jogo no mundo não é portanto um mero conflito *entre* ideologias, mas sim a possibilidade de sobrevivência espiritual da humanidade num mundo onde todas as opções ideológicas díspares e antagônicas se uniram num pacto entre inimigos para varrer da face da terra o legado das antigas religiões – pelo menos das três grandes religiões do grupo abrahâmico –, de cujo crédito essas ideologias se alimentaram parasitariamente. A total laicização do Estado imperial trouxe consigo a laicização de todos os conflitos, o rebaixamento de todas as religiões e de todos os valores civilizacionais, a degradação de todos os motivos pelos quais os homens vivem e morrem (Carvalho, 2019, p. 372).

Para Carvalho, a experiência brasileira se inscreve num “projeto para recuperar um projeto para a Humanidade”, ou seja, a definição de que o avanço social viria, então, da derrubada da laicidade e um retorno da religião – e do poder do Estado pautado pela religião – como um poder moderador entre a política e a consciência individual (Carvalho, 2019). O projeto nacional, neste caso, é o próprio projeto da humanidade, ao qual as instituições políticas devem se curvar, na leitura de Carvalho.

“A verdade sufocada”, por sua vez, não apresenta especificamente a questão de um projeto nacional, mas na obra Ustra (2018) afirma que é aos jovens a quem se direciona quando escreveu o livro. Em suas palavras,

Ofereço este livro aos jovens, para que possam buscar a verdade, com liberdade para encontrá-la, liberdade legada a eles pela nossa luta. Entretanto, hoje prevalecem as “meias-verdades” que, no seu reverso, são mentiras completas. Preocupo-me em vê-los influenciados por panfletos que tomam ares de história contemporânea e lhes são apresentados como a verdade definitiva. Não é sobre a mentira que se alicerça o futuro de um país. Confio que os jovens, na sua sede de justiça, saberão encontrar a verdade e saberão ser livres, não permitindo que ideologias ultrapassadas, de novo amortecem os seus sentimentos, oferecendo a violência no lugar da paz, a mentira no lugar da verdade e a discórdia no lugar da solidariedade. Assim, com o espírito limpo, construirão o País que pacificamos com sangue e lágrimas de muitos brasileiros (Ustra, 2018, p. 15-16).

Ainda que Ustra (2018, p. 44) não apresente algum projeto nacional de forma explícita, apresenta que sua intenção ao escrever “A verdade sufocada” é demonstrar como “os comunistas sempre se aproveitaram das crises para ocupar espaço, aliciar militantes, doutrinar as massas e divulgar a ideologia”. O período da década de 1930, para Ustra (2018), foi significativo por “abrir” as características dos momentos em que comunistas tentariam tomar o poder no Brasil: “um

período de crises, revoltas e revoluções, que tinham como motivação problemas estruturais e sociais, essencialmente brasileiros” (Ustra, 2018, p. 44).

É nestes momentos em que, para Ustra (2018, p. 85), o uso da violência para a manutenção da lei e da ordem justifica ações contra a estabilidade democrática, uma vez que esta seria uma “ação imediata para restaurar a ordem à sociedade brasileira” que poderia “conter a tomada de poder pelos comunistas”. Por este motivo, Ustra (2018) se apresenta como um dos principais proponentes do argumento de que a ditadura civil-militar brasileira que durou entre 1964 e 1985 foi uma “contrarrevolução”: “[h]ouve, realmente, uma Contrarrevolução: um duro golpe contra as pretensões de comunização do Brasil” (Ustra, 2018, p. 117). Assim, o uso da violência era direcionado à contenção da oposição política, impedindo-a de usar “pontos fracos na ação governamental para obter apoio da população” (Ustra, 2018, p. 130).

Esta lógica também pode ser encontrada na interpretação de Villas Bôas sobre a administração do governo brasileiro de territórios indígenas dentro do território nacional. De acordo com Villas Bôas (Castro, 2021, p. 185), a sociedade brasileira se tornou “desacostumada” ao envolvimento militar em tema “que se relaciona à segurança da sociedade e do Estado”. Villas Bôas reclama que

A título de exemplo, quando da demarcação da terra indígena Yanomami e, posteriormente, da Raposa Serra do Sol, ambas localizadas sobre a faixa de fronteira, apresentando, em consequência, implicações para a segurança nacional, as Forças não foram chamadas a participar dos debates [sobre a demarcação] (Castro, 2021, p. 185).

De acordo com Villas Bôas, a possibilidade de um crescente processo de demarcação de terras indígenas apresentou, ao Brasil, uma ameaça que deveria ser contraposta pelo engajamento dos militares no debate público (Castro, 2021). Ustra (2018) também se referencia às ameaças que apresentam cessões de direitos territoriais no Brasil, focando-se, por sua vez, nas possíveis ligações entre a demarcação de terras indígenas ou quilombolas à ação de guerrilhas ligadas ao narcotráfico tais quais as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

A criação de exceções territoriais para certos grupos sociais é apresentada por Ustra (2018) – numa argumentação que parece ecoar em declarações de Villas Bôas (Castro, 2021) – como uma ferramenta para implementar o comunismo na América do Sul, e prejudicar a unidade de comando do Estado brasileiro sobre seu próprio território. Este “sentido mais profundo” dos governos de esquerda da região estaria “escondido” sob a bandeira de “movimentos politicamente corretos”, tais quais

- o indigenismo – quando afirmam defender os direitos dos indígenas, na verdade estão estimulando a formação de grupos guerrilheiros (Exército Zapatista de Libertação Nacional);
- o separatismo – ao argumentarem que os territórios ocupados pelas tribos indígenas pertencem a elas e não ao Estado;
- o ecologismo radical – ao alegarem a proteção ao meio ambiente, justificam a ação de terroristas, criando obstáculos a obras públicas de infra-estrutura como rodovias e energia elétrica;
- a Teologia da Libertação – com o objetivo de dividir a Igreja Católica e justificar a violência cometida com argumentos supostamente cristãos. (Ustra, 2018, p. 596)

A defesa contra esta “ocultação”, para Ustra (2018), deveria vir da crença pessoal, uma luta espiritual que só seria possível por meio de um padrão dúbio de lealdade ao establishment político. Uma vez que os governos em voga seriam resultado desta “ocultação”, de “interesses profundos” de eliminar a potência do Estado, apenas um padrão dúbio de lealdade política seria possível – torna-se necessária a ocupação do Estado e a sua alteração por dentro, de forma a expurgar os movimentos que “separam o país”, de forma a garantir que os verdadeiros brasileiros determinem o futuro do país (Carvalho, 2019). A fórmula que baseia esta atuação permite que a lealdade política não se dê aos governos instituídos, mas sim a instituições estatais que não são “influenciadas” pela política, como as forças armadas (Carvalho, 2019; Castro, 2021) – fenômeno já descartado como real.

Há, portanto, a ideia de que as forças armadas deveriam “liderar a nação” no seu processo político, devido à paisagem política descrita acima. A partir de uma perspectiva euclidiana do espaço que retoma a visão da América como uma superfície a ser atravessada pelos verdadeiros sujeitos históricos (Massey, 2013; vide discussão acima), o território brasileiro é apresentado como um continente de recursos e pessoas que devem ser recolocados no “devido rumo” por sujeitos políticos que sabem o que deve ser feito para beneficiar a nação. É por este motivo que as demandas de populações originárias relativamente aos seus direitos territoriais representam, nas obras discutidas, uma diferença com relação a outras identidades regionais: são vistas, como indicado acima, enquanto uma quebra da continuidade da soberania do Estado (abstrato e em exercício).

Se, na atualidade, é a mídia que é encarada pelos autores como a responsável por incutir a divisão social nas áreas urbanas (Carvalho, 2019; Castro, 2021; Ustra, 2018), os grupos étnicos e minorias sociais são vistos como os maiores perigos à capacidade do Estado de comandar politicamente a sociedade brasileira. Por vezes, essa perspectiva aparece enquanto a possibilidade de deslocar determinados grupos sociais para áreas diferentes devido à sua expertise técnica: Villas Bôas, por exemplo, credita aos sulistas do Brasil capacidades diligentes da agricultura moderna, e afirma que a eles deveriam ser dadas terras em áreas ainda “inexploradas” (Ustra, 2018, p. 170).

Ustra (2018, p. 640) também levanta a necessidade de uma empreitada cultural, de forma a que as

“ideologias que se opõem” possam ser contrapesadas com as “afirmações corretas”, recuperando o empreendimento de formação intelectual levantado como missão fundamental por Olavo de Carvalho (2019).

Uma das formas apresentadas como aquela que permite “atacar o problema” sempre parece girar em torno da doutrinação política, social e moral da população brasileira. A unidade do comando deveria vir de uma “ação exemplar” e da “superioridade moral” das forças armadas (Castro, 2021); pode emergir, também, de “demonstrações da verdade” sobre o regime civil-militar de 1964-1985, prevenindo “os derrotados [na luta das armas] de continuar a reescrever a História”, colocando um fim “ao Mito de que matamos pessoas inocentes e as enterramos em cemitérios clandestinos” (Ustra, 2018, p. 643). Porém, sobretudo, emerge da permissão que deveria ser dada a grupos religiosos de julgarem a atuação governamental, já que a religião (e “a religião apenas”) deveria ser a única guia moral verdadeira que poderia embasar o julgamento de ações políticas (Carvalho, 2019).

No caso das forças armadas brasileiras, a necessidade de compor na escala nacional uma unidade de discurso baseada em fundamentos morais e no seu persistente anticomunismo, levou a uma certa neurose, na qual a principal preocupação “era voltada sempre para o que pudesse causar ameaças ao que a Constituição estabelece em relação à destinação das Forças Armadas” (Castro, 2021, p. 180). O processo desenvolvido, portanto, se baseou numa tentativa de prever quebras na estabilidade ou na continuidade do governo a partir do Estado, já que “um exército pode ser derrotado, mas jamais ser surpreendido. Daí a nossa preocupação com guardar a capacidade de antecipação” (Castro, 2021, p. 180).

O Quadro 2, abaixo, apresenta As características das ideologias geográficas presentes nas obras aqui discutidas, assim como os problemas que elas identificam e as ações “necessárias” enquanto intervenções políticas a serem tomadas.

Quadro 2 - Características das ideologias geográficas encontradas em "O jardim das aflições", "A verdade sufocada" e "Conversas com o Comandante"

Característica	Problema identificado	Intervenção política apresentada como necessária
Ideia do país enquanto um "projeto em construção"	Possibilidade de desvio ou destruição de um "projeto nacional" para o Brasil	Controle e supervisão de políticos, garantindo que sigam as percepções e intenções descritas pelos autores
Segurança do Estado como garantia da continuidade espacial do comando	Garantia de direitos individuais ou coletivos a grupos "minoritários" ou direitos coletivos à terra, que representam a possibilidade da expansão de uma jurisdição não-estatal no território nacional	Reverter ou modificar decisões jurídicas já realizadas, e garantir que decisões jurídicas e políticas sejam feitas de acordo com as percepções morais e geopolíticas de grupos conservadores e de extrema-direita

Unidade nacional enquanto apoio inequívoco ao governo central ao longo do espaço	Possíveis fraturas dentro do "tecido social" que representam uma brecha para a intervenção de poderes estrangeiros estatais ou não-estatais em assuntos internos sempre que seja possível instrumentalizar diferenças entre brasileiros	Unificar a nação por trás de um sentido de nacionalidade, doutrinação da população a respeito "do que significa ser brasileiro" e ser capaz de prevenir possíveis questionamentos da identidade nacional brasileira
Identidades regionais como produtos espaciais	Hábitos culturais locais não devem se tornar a fonte de identificação política sobre a diferença entre brasileiros, já que poderia quebrar a ideia de que o espaço unifica as pessoas em suas diferenças	Atacar discursos que apresentam possíveis diferenciações entre brasileiros, "denunciando-os" especialmente na mídia escrita e audiovisual, fomentando a "arte nacional" enquanto um símbolo de "brasilidade"

Fonte: Organizado pelo autor de: Ustra (2018), Carvalho (2019) e Castro (2021).

Dentre estas possibilidades a serem antecipadas, encontravam-se choques violentos dentro da sociedade – especialmente após a aprovação de reformas impopulares de austeridade pelo governo que destituiu a Presidenta Dilma Rousseff em 2016. Estes choques eram vistos como momentos em que as forças armadas poderiam ser alocadas para atuar contra manifestantes com quem elas ideologicamente poderiam concordar, fenômeno que teve lugar após as eleições presidenciais de 2022 (Gaspar, 2022). A ação de governos do Partido dos Trabalhadores em garantir direitos a minorias sociais – sobretudo, decisões judiciais sobre esta matéria – se apresentou como um dos perigos à unidade central de comando do Estado na visão destes autores. Para Carvalho (2019), apenas a criação de uma “sociedade verdadeiramente moral”, baseada em “valores tradicionais”, no patriarcado e na religião, teria “força constitucional” para contrapor esta realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresenta uma de várias possíveis interpretações para a atuação política de grupos conservadores ou de extrema-direita no Brasil hoje. Longe de realizar uma análise exaustiva e afirmar alguma interpretação definitiva sobre as representações espaciais no discurso político destes grupos, pretendeu-se, aqui, apresentar motivações que podem ser inferidas do pensamento geográfico que os embasa.

De forma a atingir este objetivo, buscamos verificar a existência de ideologias geográficas que podem ser encontradas em três obras de ensaísmo político atual que têm consolidado sua influência em ações governamentais nos últimos anos no Brasil. “O jardim das aflições”, de Olavo de Carvalho (2019), “A verdade sufocada”, de Carlos Alberto Brilhante Ustra (2018) e “General Villas Bôas: Conversas com o Comandante”, organizado por Celso Castro (2021) parecem ser boas bases para buscar interpretar as diferentes ideologias geográficas presentes atualmente no discurso

extremista no Brasil. Eles não apenas remetem a discursos de longuíssima duração sobre o exercício da soberania “na borda do mundo”, mas apontam para representações da relação entre poder e espaço que parecem ser fundamentais para entender a política brasileira contemporânea.

Muitas linhas de pesquisa emergem a partir desta pesquisa. Porém, ao refletir sobre ideologias geográficas sobre o exercício de soberania no Brasil, buscou-se demonstrar de que forma elas não apenas estão presentes na justificação de ações extremistas no país hoje, mas inclusive as fundamentam. Os argumentos aqui apresentados – a ideação do “projeto nacional”, a segurança do Estado como garantia da continuidade espacial da jurisdição estatal, a unidade nacional como apoio inequívoco ao governo central, assim como a privação de conteúdo político das identidades regionais, mas não aos direitos das “minorias” – parecem ser elementos relevantes não apenas para entender as formas atuais pelas quais estes grupos atuam politicamente, mas também para compreender potenciais resultados futuros de maquinações e engendramentos futuros destes discursos. É importante destacar, que a saída da Terra indígena afeta a grande quantidade de indígenas dentro da cidade, e pode ocorrer devido vários fatores, sendo voluntário, ou devido a conflitos ou como fator de saúde e educação e assim não sendo contemplados com as políticas públicas, e além desses diversos fatores dentro da territorialidade urbana há a grande dificuldade com língua pois alguns não falam a língua do branco e assim dificultando mais o acesso ao emprego ou algum atendimento.

REFERÊNCIAS

AMADEO, Javier (ed.). **Violência de Estado na América Latina**: direitos humanos, justiça de transição e antropologia forense. São Paulo: Editora Unifesp, 2019.

BENJAMIN, Walter. Para uma crítica da violência. In: BENJAMIN, Walter. **Escritos sobre mito e linguagem (1915-1921)**. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades: Editora 34, 2013. p. 121-156. (Coleção Espírito Crítico).

BRASIL. **Decreto de 24 de março de 1994**. Institui o "Dia do Exército Brasileiro. Brasília, DF: Presidência da República, 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/anterior_a_2000/1994/Dnn2217.htm#:~:text=1%C2%B0%20Fica%20institui%C3%ADdo%20o,e%20106%C2%B0%20da%20Rep%C3%ABlica. Acesso em: 9 dez. 2022.

BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: a longa duração. **Revista de História**, São Paulo, SP, v. 30, n. 62, p. 261–294, 1965.

CÂMARA, Heloísa Fernandes. Populistas e autoritários? Debates sobre usos do conceito. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, RJ, v. 12, n. 2, p. 861–884, jun. 2021.

CASTRO, Celso Corrêa P. de (org.). **General Villas Bôas: conversa com o comandante**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da geografia**. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2013.

DATAS históricas representativas para o Exército Brasileiro. Lista de efemérides. Raízes, valores e tradições. 19-abril-Dia do Exército: Primeira Batalha de Guararapes (1648). Cartilha 4, p. 9-10. Disponível em: <https://www.dphcex.eb.mil.br/images/PRVT/Cartilha-4---datas-histicas-representativas-para-o-EB-Verso-provisoria.pdf/>. Acesso em: 9 dez. 2022.

DELLA BARBA, Mariana; WENTZEL, Marina. Discurso de Bolsonaro deixa ativistas “estarecidos” e leva OAB a pedir sua cassação. **BBC News Brasil**, São Paulo, SP, 19 abr. 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb. Acesso em: 9 dez. 2022.

FERNANDES, Amanda Simões. A política externa da ditadura brasileira durante os “anos de chumbo” (1968-1974): As intervenções do “Brasil Potência” na América Latina. **História Social**, Campinas, SP, n. 18, p. 157–176, 2. sem. 2010. DOI: <https://doi.org/10.53000/hs.n18.356>

GASPAR, Malu. “Saia justa” criada por atos golpistas faz Exército adotar dupla orientação. **O Globo**, Rio de Janeiro, RJ, 2 dez. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/malu-gaspar/post/2022/12/saia-justa-criada-por-atos-golpistas-faz-exercito-adotar-dupla-orientacao.ghtml>. Acesso em: 9 dez. 2022.

GODOY, Marcelo. Projeto de militares prevê manter poder até 2035 e fim da gratuidade do SUS em 2025. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, SP, 23 maio 2022. [recurso digital].

GOMES, Márcio. Bolsonaro chama coronel Ustra, que torturou mulheres na ditadura, de ‘velho amigo’! **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, RJ, 28 mar. 2022. Política JB. Disponível em: <https://www.jb.com.br/pais/politica/2022/03/1036616-bolsonaro-chama-coronel-ustra-que-torturou-mulheres-na-ditadura-de-velho-amigo.html>. Acesso em: 9 dez. 2022.

GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. **O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020. *E-book*.

GOTTMANN, Jean. **The significance of territory**. Charlottesville, EUA: The University Press of Virginia, 1973.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, c. 1680-1730. *In*: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (ed.). **Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 155–202.

HERZOG, Tamar. **Fronteiras da posse: Espanha e Portugal na Europa e nas Américas**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2019.

HESPAÑA, António Manuel. Antigo regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português. *In*: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (ed.). **Na**

trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 43–93.

LOTTA, Gabriela; SILVEIRA, Mariana. Bolsonaro’s bureaucratic reactions. **PEX Executives, Presidents and Cabinet Politics**, Belo Horizonte, MG, 25 Nov. 2021. [recurso digital].

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço:** uma nova política da espacialidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

MATTEUCCI, Nicola. Soberania. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (ed.). **Dicionário de política**. 13. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010. v. 2, p. 1179–1188.

MIGUEL, Luis Felipe. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, v. 62, p. 1–14, 2021.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Brasil, Argentina e Estados Unidos:** conflito e integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul), 1870-2007. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MORAES, Antônio Carlos Rober. **Bases da formação territorial do Brasil:** o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2011.

MORAES, Antônio Carlos Rober. **Ideologias geográficas:** espaço, cultura e política no Brasil. São Paulo: Annablume, 2005.

O’GORMAN, Edmundo. **La invención de América**. Mexico City: Fondo de Cultura Económica, 2006.

ORTIZ, Luis. Identidades difusas: La construcción imaginaria del Cono Sur en la sociedad paraguaya. **Conversaciones del Cono Sur - Magazine of Southern Cone Studies**, Pittsburgh, PA, v. 4, n. 2, p. 41–48, 2019.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECENA, Ana Esther (ed.). **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006. p. 151–197.

QUENTAL, Pedro de Araujo. A latinidade do conceito de América Latina. **GEOgraphia**, Niterói, RJ, v. 14, n. 27, p. 46–75, 2013. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2012.v14i27.a13634>

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RETTBERG, Angelika. Violencia en América Latina hoy: manifestaciones e impactos. **Revista de Estudios Sociales**, Bogotá, CO, n. 73, p. 2–17, set. 2020.

RODRIGUES, Fernando da Silva. A Estratégia da presença no contexto da transformação militar como peculiaridade de defesa no Brasil. **CEEEx – Centro de Estudos Estratégicos do Exército**, Brasília, DF, v. 8, n. 1, p. 56-69, jan./jun. 2020. ISSN: 2525-7099 Artigos Estratégicos. [recurso digital].

Exercer a soberania “na borda do mundo”: ideologias geográficas sobre a integridade territorial brasileira em “A verdade sufocada”, “No jardim das aflições” e “Conversas com o comandante”

Gustavo Glodes **BLUM**

SARTORI, Caio. Em livro, Villas Bôas diz que tuíte na véspera de julgamento de Lula foi planejado com Alto Comando. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, SP, 14 fev. 2022. [recurso digital].

SCHMITT, Carl. **O nomos da Terra no direito das gentes do jus publicum europaeum**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2014.

STEFANONI, Pablo. El teórico de la conspiración detrás de Bolsonaro. **Nueva Sociedad**, Ciudad de Buenos Aires, enero 2019. Opinión. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/conspiracion-bolsonaro-olavo-carvalho/>. Acesso em: 9 dez. 2022.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça**. 19. ed. Brasília: Editora Ser, 2018.

VALENTE, Rubens; FERNANDES, Talita; BALLOUSSIER, Anna V. Na véspera de julgamento sobre Lula, comandante do Exército diz repudiar impunidade. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 abr. 2018. [recurso digital].

VERDESIO, Gustavo. Un fantasma recorre el Uruguay: La reemergencia charrúa en un “país sin índios”. **Cuadernos de Literatura**, Madrid, ES, v. 18, n. 36, p. 86–107, dic. 2014.

VILLAS Bôas revela em livro como o Alto Comando do Exército ameaçou o STF. **ConJur - Consultor Jurídico**, São Paulo, SP, 12 fev. 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-fev-12/villas-boas-revela-alto-comando-exercito-ameacou-stf/>. Acesso em: 9 dez. 2022.

WALLERSTEIN, Inmanuel M. **Análisis de Sistemas-Mundo: Una introducción**. Buenos Aires, Argentina: Siglo Veintiuno Editores, 2010.

ZUSMAN, Perla. Desierto, civilización, progreso. La Geografía del Gran Chaco y el proyecto político territorial de la formación del Estado Argentino. **Ería: Revista de Geografía**, Oviedo, ES, n. 51, p. 60–67, 2000.

Recebido em: 23 de janeiro de 2024
Aceito em: 23 de abril de 2024